

Rousseau, Marx e a Economia Política

João Antônio de Paula*

Resumo

Esse artigo tem três propósitos básicos. Um primeiro diz respeito à presença de Rousseau na obra de Marx. Um segundo objetivo decorre da constatação da longa permanência da concepção aristotélica de economia política, que teria predominado até meados do século XVIII, incluído aí verbete sobre Economia Política, escrito por Rousseau para a *Encyclopédie*.

Finalmente, o terceiro tema do artigo discute tanto as determinações histórico-intelectuais da consolidação da Economia Política Moderna com Steuart, Smith, Malthus, Ricardo, quanto a emergência da crítica da economia política por Marx, a partir da redação dos Grundrisse, em 1857.

Palavras-chave: Economia Política; história do pensamento econômico; Rousseau; Marx; crítica da economia política.

Classificação JEL: B12; B14.

Mais de um autor apontou a existência de certas consonâncias entre as obras de Rousseau e Marx. Há boas e justificadas razões para ver semelhanças entre aspectos do universo teórico de Rousseau e o que decorre de Marx. Mesmo os que mais reconheceram estas relações, como Galvano Della Volpe, não as viram como significando identidade porque não é disso que se trata quando são apontadas convergências entre Rousseau e Marx. De qualquer modo, é inegável a existência de um fundo comum de motivações e perspectivas que, mais de uma vez, levou a que se visse, com certa licença demasiada, talvez, Rousseau como uma espécie de “*Marx possível*”, no contexto do pensamento do século XVIII.

* Professor e pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Rousseau foi o herói intelectual de gerações que antecederam a geração de Marx tendo sido decisiva sua presença tanto na conformação da vertente jacobina da Revolução Francesa, quanto, antes, na perspectiva jeffersoniana da Revolução Americana, quanto, mais imediata e biograficamente, foi marcante a figura de Rousseau tanto sobre o pai de Marx, quanto sobre seu sogro, homens que tiveram considerável influência em sua formação moral e intelectual.

Foi Galvano Della Volpe quem melhor apresentou a questão da relação entre Marx e Rousseau ao mostrar “o sentido da real viragem histórica que representa o humanismo democrático radical de Jean-Jacques em relação ao humanismo liberal de Montesquieu e ao humanismo burguês-conservador e respectivo ceticismo social de Voltaire [...]” (Della Volpe, 1982, pp.9-10). Percebe-se nesse “humanismo democrático radical” de Rousseau a raiz de uma clivagem fundamental no pensamento político moderno em que as perspectivas tipicamente liberais, em suas diversas variantes – Hobbes, Locke, Montesquieu – serão confrontadas por perspectiva que, no limite, abre caminho para o que Della Volpe chama de “liberdade igualitária.” (Della Volpe, 1982)

Desde a publicação, em 1750, do *Discurso sobre as ciências e as artes*, que Rousseau vai se inscrever como um dos pensadores fundamentais da política e da sociedade. Seu pensamento foi uma referência inescapável para quantos se propunham a discutir temas que hoje se enquadram no campo das ciências humanas e sociais. É sabido que Rousseau também se dedicou a outros campos, tendo sido compositor e musicólogo. Mas é, sobretudo, no referente à política e à pedagogia que seu pensamento tem amplo reconhecimento. Menos conhecido é seu trabalho sobre Economia Política. Publicado em 1755 no volume V da *Enciclopédia*, o artigo de Rousseau sobre Economia Política provoca, desde então, certo embaraço. Diderot, então amigo de Rousseau, que lhe havia encomendado o artigo, ficou insatisfeito com o resultado “chegando até a pedir a outro colaborador um novo artigo sobre o mesmo assunto.” (Arbousse-Bastide, 1958, p.278)

As razões do desconforto de Diderot com relação ao artigo de Rousseau sobre Economia Política são parte de um contencioso, que vai se aprofundar afastando, cada vez mais, Rousseau dos “*Enciclopedistas*”.

Capítulo decisivo da ruptura foi a “*Carta a D’Alembert sobre os espetáculos*”, que Rousseau publicou em 1758, respondendo ao artigo de D’Alembert, publicado em 1757 na Enciclopédia, sobre Genebra.

Rousseau, ao investir contra a crítica que D’Alembert faz da proibição do teatro em Genebra, não está como que atualizando a condenação platônica aos espetáculos. Não se trata, também, de uma crítica restrita ao teatro tal como a nova estética da Filosofia das Luzes o queria. Veja-se o texto de Bento Prado Jr. – “Interpretar a *Lettre à d’Alembert* como o último capítulo da “querela do teatro” ou como um avatar, tardio e vão, do retrógrado espírito antiteatral do partido dos devotos, é deixar escapar o essencial do texto de Rousseau. É uma visão simplista da ruptura de Rousseau com os Filósofos que está na origem das falácias dessa leitura: entender essa ruptura como negação abstrata ou externa é ignorar como a crítica de Rousseau atravessa o campo conceitual aberto pela Filosofia das Luzes para poder organizá-lo de nova maneira.” (Prado Jr., 1975, p.7)

Tanto o artigo sobre *Economia Política*, quanto a *Carta a d’Alembert* são capítulos de uma diferenciação entre Rousseau e os “Enciclopedistas”, que tem como centro a recusa de Rousseau em aceitar a “privatização da vida social” que estava em curso então. Diz Bento Prado Jr. – “a posição da cena mudou com a privatização da vida social, ela não mais é atravessada pelo fluxo da vida pública, e o espectador só pode encontrar nele sua própria sombra – espetáculo irrisório”. (Prado Jr., 1975, p.33)

O mal-estar, o desconforto que o artigo sobre Economia Política gera entre os Filósofos (Diderot, D’Alembert) decorre, talvez, do anacronismo com que parece revestido. O texto de Rousseau, de 1755, perfila, explicitamente, tanto certo vocabulário, quanto certa perspectiva que remetem ao universo aristotélico no que diz respeito à forma de tratamento da economia. Para Aristóteles a Economia é um campo subordinado do que ele chama *ciências práticas* e que incluem a *Ética e a Política*. É nesse universo, como capítulo da *Ética e da Política*, que a Economia aparece em Aristóteles, isto é, subordinada a preceitos éticos a Economia deve satisfazer ao desiderato máximo da *Ética* – buscar a *felicidade humana* mediante a estreita observância de *virtudes* éticas (o bem) e intelectuais (*phrónesis*). (Jaeger, 1984, pp.270-271)

A economia, nesse universo, está sob controle, não há lugar, nesse mundo subordinado à ética, para uma economia que não seja para a realização da felicidade humana, para a liberdade e o bem comum. É esse sentido de economia, ao menos em parte, que Rousseau mobiliza em seu artigo de 1755. E isso causa estranheza. Já então a Economia Política, desde o século XVII, com William Petty e Pierre Boisguillebert, havia avançado conceitos fundamentais que já delimitavam um campo específico do conhecimento. Marx, mais de uma vez, reconheceu e elogiou o significativo da contribuição de teóricos da economia, franceses, britânicos, italianos, e mesmo do Novo Mundo, como Benjamin Franklin, que já na primeira metade do século XVIII, haviam aportado conceitos decisivos para a consolidação da economia política como disciplina científica autônoma. A culminância do processo de constituição da Economia Política é, como reconhecida amplamente, o que decorre das obras de Smith e Ricardo. Nesse sentido, os termos como Rousseau buscou apresentar a Economia Política, em 1755, traduzem, de fato, certo anacronismo.

Esse “anacronismo” de Rousseau é mais que o desacerto de um filósofo pouco afeito à literatura sobre a Economia Política já produzida àquela altura. A recusa dele em aceitar os termos da Economia Política de seu tempo é, no essencial, manifestação da sua singularidade filosófica, de seu lugar especialíssimo na Filosofia das Luzes.

Trata-se, assim, de buscar ver neste desencontro, entre Rousseau e a Economia Política de seu tempo, aspecto decisivo do processo de imposição da ordem socioeconômica burguesa.

O outro polo do argumento que será desenvolvido aqui é Marx, especificamente seus trabalhos escritos entre 1857 e 1859 – *Introdução à crítica da Economia Política e Para a crítica da Economia Política*.

Entre 1755, data da publicação do artigo de Rousseau, e 1857/59, a Economia Política não só consolidou-se, atingiu seu apogeu, quanto passou a enfrentar um conjunto de apropriações críticas e contestações teóricas, políticas e ideológicas, de tal modo, que se pode falar numa “disputa” do espólio da economia política clássica tanto pelos “socialistas ricardianos”, quanto, mais tarde, pela tradição neoclássica derivada de Marshall. Também presentes nesse contexto estão tanto as posições que buscaram repudiar a tradição da economia política

clássica, a partir do abandono da centralidade da esfera da produção e consequente hipertrofia da esfera da circulação, quanto as perspectivas historicistas, em suas variadas correntes e gerações, que se caracterizam pela recusa em aceitar a possibilidade da existência de regularidades em economia capazes de serem apreendidas por leis gerais. (Marx, 1980; Marx, 1976; Dobb, 1975; Iglésias, 1959)

Interessa aqui discutir a posição de Marx em sua explícita pretensão de realizar a *crítica da Economia Política*, isto é, uma operação crítico-prática que, sem ignorar os avanços científicos alcançados pela economia política clássica, propõe-se a *superá-la*.

Trata-se, aqui, então de buscar apreender as determinações históricas e culturais do itinerário da Economia Política, entre 1755 e 1857, um século de história, em que a Economia Política consolidou-se, atingiu seu ápice e será contestada a partir de variadas perspectivas e motivações. Acompanhar esse processo lançará luz sobre aspectos essenciais tanto da Economia Política, quanto de sua crítica empreendida por Marx.

A Economia como capítulo da Ética

Em novembro de 1755 Rousseau publicou, no volume V da Enciclopédia, a pedido de Diderot, o artigo sobre *Economia Política*. Sabe-se que Diderot não aceitou o artigo e isto, com certeza, está na base de uma tensão entre eles, que culminou com a definitiva ruptura da amizade.

Sabe-se que Rousseau foi homem difícil. Sua biografia está marcada por extravagâncias e atitudes muito distantes da mediania. Rousseau, sob mais de um aspecto, foi um homem excêntrico. Suas relações com as mulheres, com os amigos, com os filhos, que ele teria abandonado a instituições asilares, estão longe de certa normalidade. Extremado em seus sentimentos, oscilou do amor, da admiração irrestrita, da amizade fraterna à desconfiança, ao desamor, à misoginia, à paranóia. Alguns de seus biógrafos não hesitam em identificar como psicóticos certo período e certas atitudes de Rousseau. É também reconhecido que ao final de sua vida (1712-1778) Rousseau estava serenado. Antes disso ligou-

se e rompeu com várias relações de amizade e afeto: com Diderot, com D’Alembert, com Hume, com Madame d’Epinay. Dele disse Adam Smith em carta a Hume – “um hipócrita pedante”. (Rothschild, 2003, p.297)

Por outro lado, são também numerosas as provas de uma inegável disposição de Rousseau para a generosidade, para a solidariedade, de tal modo que é como homem ambíguo, dilacerado por tensões afetivas, nosso igual portanto, que se deve vê-lo.

Durante certo tempo as diversas fases da vida e da obra de Rousseau desconcertaram os estudiosos. Um estudo que superou essa recepção algo incompreensiva da obra de Rousseau é o de Cassirer, de 1932, em que ele buscou entendê-lo como um todo superando suas aparentes aporias: racionalista x irracionalista; socialista x entusiasta da santidade da propriedade privada; deísta, católico ou protestante?; puritano, emocional ou permissivo?; liberal individualista ou autoritário coletivista... (Cassirer, 1999)

A resposta de Cassirer, sua interpretação de Rousseau, é generosa e compreensiva. Para Cassirer o sentido básico da obra de Rousseau está na centralidade que ele teria atribuído à *perfectibilidade humana*, isto é, foi a busca da perfectibilidade que teria levado o homem à servidão e à desigualdade, mas, é essa mesma busca da perfectibilidade que poderá emancipá-lo, na medida em que só a liberdade é um valor absoluto. (Cassirer, 1999, pp.101-103)

Houve quem visse na tese de Cassirer um Rousseau excessivamente kantiano, de qualquer modo, esse Rousseau tem algo de essencial que não podemos abandonar porque necessário na contemporaneidade tão carente de que se invoque a liberdade como princípio emancipatório. Liberdade no sentido essencial do termo, isto é, aquela liberdade que pressupõe a liberdade de todos que tem como fundamento a satisfação das necessidades materiais básicas de toda a sociedade. Na verdade, diz um de seus mais acreditados intérpretes, Robert Derathé, Rousseau se pronunciará contra a pobreza na medida em que esta privaria os cidadãos de seus direitos políticos, isto é, os impede de exercitarem, plenamente, suas liberdades. (Derathé, 1976, pp.60-61) Nesse mesmo sentido vai a interpretação de Starobinsky quando diz que, para Rousseau, não pode haver autonomia de consciência senão a partir da independência econômica. (Starobinsky, 1983, p.133)

Sob certo aspecto Rousseau, em 1755, é das últimas vozes a expressar uma perspectiva sobre a *Economia* que, sintetizada em Aristóteles, isto é, no século IV a.C., manteve-se, e mesmo foi hegemônica por vários séculos, sendo decisiva em São Tomás de Aquino, no século XIII, influenciando pensadores até o século XVIII. Essa perspectiva, que se vai chamar aqui de “economia como capítulo da ética”, teve audiência forte até sobre aquele que é considerado, com razão, o consolidador da Economia Política, Adam Smith. Em sua *Teoria dos sentimentos morais*, de 1759, Adam Smith, professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, ainda não separou e nominou o universo categorial que vai definir a Economia Política. Até este momento, 1759, Smith, seguindo de perto seu mestre Francis Hutcheson, seu antecessor na cadeira de Filosofia Moral em Glasgow, considera a Economia Política de um modo ainda muito próximo do que Aristóteles o tinha feito, isto é, a Economia como um capítulo subordinado das *ciências práticas*, como capítulo da Ética e da Política.

Os temas econômicos aparecem na obra de Aristóteles nos livros sobre Ética (*Eudemiana*; *Nicomaqueia*; *Grande Ética*; Das virtudes e dos vícios; e Economia Doméstica), na *Política* e mesmo no livro sobre *Retórica*, onde, no capítulo XVI, Aristóteles discute o caráter dos ricos concluindo:

Los rasgos de carácter que consecuentemente siguen a la riqueza están bien a la vista de todos; porque los ricos son insolentes y orgullosos, afectados por la posesión de la riqueza, ya que están como si poseyeran todos los bienes; y la riqueza es como la medida del valor de las cosas, con lo cual parece como si todas las cosas se pudieran comprar con ella. (Aristóteles, 1973, p.170)

O tratamento mais sistemático de temas econômicos, empreendido por Aristóteles, está no livro *Política*. É na *Política* que Aristóteles define o homem como *animal político* e diz que só na vida social pode o homem realizar a virtude e a felicidade próprias de sua natureza ativa de homem. (Saramanch, 1973, p.1403)

A *Política* de Aristóteles é, no essencial, um elogio da *cidade*, a qual possibilitaria a boa existência, a vida moral. Diz Giovanni Reale – “É no Estado que o indivíduo, por efeito das leis e das instituições políticas, é levado a sair do seu egoísmo, e a viver conforme o que

é subjetivamente bom, assim como conforme o que é verdadeira e objetivamente bom”. (Reale, 1994, p.432)

Cronologicamente posterior à cidade, o Estado é ontologicamente fundante das regras que vão presidir tanto a conduta do indivíduo, quanto da família, quanto dos clãs, na medida em que só o Estado, só a *polis* seria autárquica. No essencial isso significa reconhecer certos princípios que vão circunscrever a economia, a administração da casa, da família, a certos imperativos éticos. Assim – a) a economia deveria satisfazer às reais necessidades e não à acumulação de riquezas; b) seria condenável toda forma de investimento em dinheiro que tenha como finalidade produzir mais dinheiro; c) seria preciso usar o dinheiro para viver e não usar a vida para produzir dinheiro. (Reale, 1984, p.437)

Para Aristóteles, o governo da família, a economia, teria quatro relações fundamentais: 1) as relações entre homem e mulher, entre marido e esposa; 2) as relações entre pais e filhos; 3) as relações entre senhores e escravos; 4) as relações de aquisição de riqueza, que ele chama de *crematística*. Com relação a essas últimas relações ele as subdivide em três modos de obtenção de riqueza: a) os decorrentes da caça, do pastoreio e do cultivo dos campos, modo este que Aristóteles considera natural e imediato; b) os modos intermediários que resultam da troca dos bens com bens equivalentes, mediante o escambo; c) finalmente, um terceiro modo de aquisição de riqueza, considerado ilegítimo por Aristóteles, é o que se daria pelo comércio por meio do dinheiro. (Reale, 1994, p.436)

A ausência das atividades manufatureiras nesta discussão resulta do rigor do método aristotélico, que considera as atividades técnicas, como também as artísticas, como elementos de um outro campo do conhecimento, sendo partes das *ciências poiéticas*, e, neste sentido, não haveria porque discuti-las quando da discussão das *ciências práticas*.

Não há lugar na Economia, tal como Aristóteles a considera, para o surgimento de desigualdades nas relações de troca entre os cidadãos. A Economia está subordinada a preceitos éticos, a Economia está sob controle e deve atender ao desiderato fundamental da *polis*: a busca da felicidade humana mediante a prática de virtudes éticas e intelectuais. Esses objetivos autoproclamados da Ética aristotélica, sabe-se, são contraditados pela existência de um conjunto de restrições,

desigualdades e interdições – a presença da escravidão, a interdição dos direitos dos estrangeiros, a desigualdade da condição feminina etc.

A Ética aristotélica foi, em que pese suas contradições, um grande sol que alimentou *malgré tout*, séculos de aspirações de justiça e liberdade entre os povos. Longa presença, do século IV a.C ao século XVIII, tempo em que a pré-modernidade e suas características centrais foram derogadas, mas não inteiramente, fazendo vivos os anseios de autonomia e liberdade identificados com a universalidade da ética clássica aristotélica.

Foi Max Weber quem mostrou que a modernidade, teria como característica central ser um processo de *desencantamento do mundo*, de *racionalização* de todas as instâncias da vida social, significando, essencialmente, a autonomização da ética, da *arte* e do *conhecimento* de suas travas teológico-metafísicas. (Pierucci, 2003)

Ao libertar a ética, o conhecimento e a arte dos condicionamentos teológico-metafísicos que marcaram toda a época pré-moderna, a modernidade vai abrir caminhos para um extraordinário processo de desenvolvimento econômico, técnico e científico, processo em vários e decisivos aspectos efetivamente emancipatório, sem que isto signifique desconhecer os aspectos regressivos e destrutivos que também decorrem da modernidade, sobretudo quando se sabe que ela foi, em grande parte, empalmada pelo capitalismo, traduzindo e repercutindo suas implicações e consequências problemáticas.

Não há propósito em estabelecer uma cronologia única para a modernidade, tantas são suas dimensões constitutivas. Se a ênfase, como é justo que seja, recair sobre a cidade, como instituição fundante da modernidade, então é o caso de ver o século XI como o de seu nascimento. O Padre Vaz, também com forte argumento, viu a modernidade como surgindo no século XIII, no contexto da crise da Sorbone, que resultou na vitória da Faculdade de Filosofia em seu direito de filosofar sem prestar obediência à Faculdade de Teologia. Se a ênfase for sobre a centralidade do Estado, como instituição decisiva da modernidade, talvez seja o caso de considerar os séculos XIV, XV, XVI, no Renascimento Italiano, como viu Jacob Burckhardt, como o tempo de instauração da modernidade, que ao criar o Estado como obra de arte, também criou as condições para a existência do *indivíduo*.

Haverá ainda quem afirme o extraordinário impacto das grandes navegações, a partir do século XV, que tanto refletiram o desenvolvimento das técnicas de navegação, quanto alargaram o mundo, expandiram-no, abrindo caminho para a expansão dos mercados e para a instauração do capitalismo.

Muitos autores, Francis Yates, Christopher Hill, Johan Huizinga, entre outros, mostraram que não há propósito em ver a modernidade como processo que emergindo repentinamente teria, de um lado, afastado todo o passado, e de outro lado, inaugurado um presente todo novo e infenso ao velho. Na verdade, e todas as épocas o confirmam, a história não é feita de cortes absolutos, de descontinuidades totais, senão que é de natureza do processo histórico a coexistência de continuidades e rupturas, de permanências e revoluções.

É isso, talvez, que possa explicar porque, no século XVIII, quando já consagrados estavam importantes avanços teóricos no campo da Economia Política, tanto Francis Hutcheson, em 1742, quanto Rousseau, em 1755, continuassem a pensar a Economia de modo assemelhado ao que Aristóteles o fizera.

Veja-se o caso de Francis Hutcheson. Em 1742 ele publicou livro, em latim, que traduzido para o inglês em 1747, chamou-se *Short introduction to Moral Philosophy*. O livro tem três partes: I) Elementos de Ética; II) Noções sobre as Leis da Natureza; e III) Princípios de Economia e Política. A parte II, Noções sobre as Leis da Natureza, trata temas do direito natural: propriedade; valor e contratos. A parte III, a que, à primeira vista, discutiria os temas de economia tal como a época parecia exigir, trata de: 1) Relações Matrimoniais; 2) Deveres de Pais e Filhos; e 3) Direitos de Senhores e Servos, onde é combatida a escravidão. (Cannan, 1940, p.34)

Não é preciso insistir no quanto essa maneira de abordar os problemas econômicos, no âmbito da Filosofia Moral, ainda é tributária da lição aristotélica. Será esse universo teórico que marcará também tanto a formação, quanto parte considerável da carreira de Adam Smith.

Desse modo, quando em 1775, Rousseau publica seu artigo sobre Economia Política, ele estava em boa companhia em apresentá-la, à Economia Política, como disciplina no campo da Ética e da Política.

Assim, a questão central aqui não é o inusitado da posição de Rousseau posto que, de fato, havia outros autores então, como Hutcheson e Smith, que partilhavam com ele certo modo de encarar a Economia Política. Na verdade, interessa considerar, com relação ao artigo de Rousseau, uma questão essencial: a singularidade de sua posição, a ambiguidade mesmo de suas teses, como denotando uma espécie de “último suspiro” da perspectiva democrático-burguesa. Tudo isso, num quadro teórico, em que a Economia Política já havia dado passos significativos como os representados pelas obras de Petty, Boisguillebert, Benjamin Franklin, no sentido de uma teoria do valor e da mercadoria modernos.

O artigo de Rousseau sobre Economia Política tem três partes. A primeira é uma introdução em que ele define o campo da economia distinguindo suas duas dimensões: a economia política, ou geral, e a economia doméstica, ou particular. Será sobre a economia política que o artigo se debruçará. É também da Introdução a explicitação de referências em que Rousseau tanto aponta contra quem investirá o central de sua crítica, Aristóteles e Robert Filmer, quanto em quem se apoiará. Neste caso, a referência decisiva de Rousseau é Locke. A menção a Locke não é explícita no texto. Rousseau refere-se a ele indiretamente como um dos “dois homens cultos” que “concederam demasiada honra escrevendo livros de resposta” a Filmer e sua obra intitulada *Patriarca*. (Rousseau, 1958, p.287)

Locke, apesar de não ser mencionado explicitamente, é a grande referência teórica do artigo sobre Economia Política de Rousseau.

Trata-se, no que vai ser defendido aqui, de ver a tese de Rousseau como uma tentativa, não sem ambigüidades e contradições, de conciliar o liberalismo *sans phrase* de Locke com certas exigências democráticas. Na verdade, não será Rousseau, diretamente, quem sintetizará esse esforço, mas um seu discípulo, do Novo Mundo, Thomas Jefferson, que substituirá a tríade de Locke dos direitos inalienáveis – *vida, liberdade e propriedade* – por uma outra tríade – *vida, liberdade e busca da felicidade* – o que significou transitar de um universo absolutamente liberal para um universo democrático, e mesmo para absorver certas demandas sociais como se vê nas teses jeffersonianas para a República norte-americana, que ele a queria uma democracia social, baseada

na pequena propriedade. Sabe-se que a perspectiva de Jefferson não prevalecerá, e que afinal serão os *federalistas*, Maddison, Hamilton que vão vencer impondo à República norte-americana a hegemonia liberal, individualista, que abrirá caminho para a hegemonia do grande capital.

A presença de Locke é ainda forte quando Rousseau, ao discutir a propriedade privada, vai tanto afirmar a sua sacralidade – “o direito da propriedade é o mais sagrado de todos os direitos dos cidadãos [...]” (Rousseau, 1958, p.303) – à moda de Locke, e, ao mesmo tempo, afirmar ser “uma das atividades mais importantes do governo, prevenir a extrema desigualdade das fortunas, não arrebatando os tesouros a seus possuidores, mas tirando a todos os meios de acumulá-los [...]” (Rousseau, 1958, p.299). Talvez seja o caso de dizer que Locke é o grande, oculto e permanente interlocutor do artigo de Rousseau.

As duas partes restantes do artigo de Rousseau tratam: 1) dos fundamentos do poder social e 2) das regras do governo legítimo. No referente aos fundamentos do poder social Rousseau começa por discutir o que não é poder social, concluindo que o poder que não é social é o poder familiar. Num segundo momento ele vai se interrogar sobre, afinal, o que seria o poder social definindo-o como “a vontade geral do corpo social”, a “fonte das leis, a regra do justo e do injusto”. É conhecida a importância que o conceito de *vontade geral* tem na obra de Rousseau. É no artigo sobre Economia Política que o conceito de *vontade geral* aparece, pela primeira vez, sendo retomado e ampliado no *Contrato social*, de 1762.

A parte final do artigo sobre Economia Política discute as regras do governo legítimo que, para Rousseau, são três. A primeira regra estabelece que a administração pública deveria se conformar segundo as leis. Esta regra, como é possível lembrar, antecipa um tema fundamental da teoria da burocracia de Max Weber. A segunda regra estabelece que as vontades particulares deveriam se conformar à vontade geral, e que neste esforço de afirmação da vontade geral seriam decisivos os cultivos da virtude, do patriotismo e da educação pública. Finalmente, a terceira regra, a que estabeleceria que o governo legítimo é o que provê as necessidades públicas, é a que mais aproxima do que contemporaneamente se chamar fundamentos de uma teoria da economia e das finanças públicas ao estabelecer: a) a propriedade

privada como sagrada e fundante da sociedade; b) que apesar de sagrada a propriedade precisaria ser tributada para garantir a existência do Estado; c) que a maneira para se tentar conciliar a sacralidade da propriedade e a necessidade de que seja tributada seria recorrendo da teoria de Puffendorf, que estabelece que a propriedade “não se estende além da vida do proprietário e, no momento em que um homem morre, seus bens não mais lhe pertencem”. (Rousseau, 1958, p.303) – o que abre caminho para a tributação sobre heranças; d) que a regra fundamental, que garantiria legitimidade dos impostos, é o *consentimento* dos que seriam tributados – veja-se aqui, de novo, a presença das teses de Locke; e) finalmente, Rousseau vai apresentar um conjunto de preceitos tributários que muito se aproximam de teses que, contemporaneamente, buscam justiça e eficácia tributária, quais sejam – progressividade dos impostos, incidência maior de impostos sobre bens de luxo, sobre bens supérfluos, sobre o consumo. (Rousseau, 1958, pp.307-315)

Visto em conjunto o artigo de Rousseau sobre Economia Política tem como referência o quadro de questões que motivou Locke a escrever o *Segundo tratado sobre o governo civil*, em 1690. É certo que Locke dedicou-se a temas de Economia Política, e que contribuiu para o aperfeiçoamento da teoria da moeda, dos juros, da renda, como Marx reconheceu. (Marx, 1987, pp.239-341) Mas, não são as questões de economia política, *strictu sensu*, que estão na base do *Segundo tratado do governo civil*. Neste livro o tema central é tanto a teoria do governo legítimo, quanto a afirmação dos direitos inalienáveis da cidadania. Assim, ao aceitar escrever um artigo sobre Economia Política, e tomar como referência Locke, que discute as condições de existência de um governo legítimo, Rousseau desconcerta e desafia, fazendo de seu deliberado anacronismo um repto e um programa.

Se o artigo de Rousseau de 1755 pode ter causado certa estranheza, considerando o avanço teórico que a economia política já havia realizado, certamente, ainda mais desconcertante é o livro de Faiguet de Villeneuve, de 1763. Diz Garnier:

un petit livre ayant pour titre l’Economie Politique (et non l’Economie politique...)
[...] Il développe ensuite divers moyens de perfectionner l’espèce humaine: ce sont desages et parfois curieuses réflexions sur le danger des mariages précoces, sur la concurrence que se font les artisans et les villageois dans les arts libéraux,

sur la dignité de toutes les professions etc. Dans une troisième partie, l'auteur fait ressortir les inconvénients des jurandes et des maîtrises; et enfin dans un petit nombre de pages finales il s'élève contre l'excès de latinité dans l'instruction. (Garnier, 1852, p.307)

A Economia Política como ciência

Desde o século XVIII a Economia Política vinha experimentando consideráveis avanços teóricos. Marx foi, mais de uma vez, enfático em elogiar o que lhe parecia conquistas importantes no campo científico. Em pelo menos cinco ocasiões Marx buscou em sua obra considerar, especificamente, a trajetória da economia política: nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, na *Miséria da Filosofia*, de 1847; na *Introdução à contribuição à crítica da Economia Política*, de 1857, em *Para a crítica da Economia Política*, de 1859, nas *Teorias sobre a mais-valia*, de 1861-63. Nesses textos há explícitas tentativas de Marx de compreensão crítica da economia política, compreensão, inicialmente, parcial, tateante, que assume nos textos a partir de 1857 caráter já de “crítica da economia política”, denotando que Marx, a esta altura, não só já havia aprendido o essencial da economia política, como se considerava em condições de *superá-la*.

Os contatos de Marx com a economia política datam de seus anos de formação. Discípulo de Hegel, Marx sabia o quanto este tinha estudado e considerado a obra de Adam Smith. (Lukács, 1972)

Em seus cadernos de leitura de Paris, em 1844, Marx tomara notas dos seguintes “economistas” – Boisguillebert, Eugène Buret, James Landerdale, Jean (sic.) Law; F. List, MacCulloch, James Mill, H. F. Oslander, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Carl W. C. Schüz, Frédérick Skarbek, Adam Smith e Xenofonte. (Marx, 1974a)

Seus estudos de economia política se intensificaram a partir de 1849, quando foi obrigado a se exilar em Londres. Assim, quando em 1857, ele se propôs a escrever uma *Crítica da economia política*. A palavra “crítica” aí não é o exercício da paráfrase, do comentário, da apreciação externa ao objeto, mas corresponde à efetiva *apropriação e reelaboração* do objeto.

É também isso que explica que em 1861-63, antes da publicação

do Livro I de *O capital*, que se deu em 1867, Marx tenha redigido a sua “crítica da teoria”, isto é, ele já se achava senhor de um ponto de vista “superior” ao que caracterizava a economia política, mesmo em suas melhores versões.

Marx, ao identificar e afirmar os limites da economia política, não lhe negou méritos. Em trecho que é uma espécie de antecipação sintética das *Teorias sobre a mais-valia (Apontamentos históricos para a análise da mercadoria)*, que está em *Para a crítica da Economia Política*, de 1859, Marx elabora uma espécie de súplica do melhor da economia política do século XVII ao XIX, destacando os nomes de economistas britânicos e franceses que teriam trazido avanços científicos. São nominados e elogiados por Marx: William Petty (1623-1687); Pierre Boisguillebert (1646-1714); o norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790); os fisiocratas franceses; James Steuart (1712-1780); Adam Smith (1723-1790); Sismonde de Simondi (1773-1842); e David Ricardo (1772-1823), entre outros.

O que parece a Marx digno de elogio nesses autores é que, apesar de diferenças e graus diferenciados de acabamento teórico, eles teriam realizado – “A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado, a redução) do valor de uso a trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor da troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual [...]”. (Marx, 1974b, p.160)

Em síntese, o elogio de Marx decorreria do fato de que esses autores, ao longo de cento e cinquenta anos, teriam aperfeiçoado a teoria da mercadoria em sua dupla dimensão como valor de uso e valor de troca, do duplo caráter do trabalho que a determina. É particularmente expressivo do que Marx quer enfatizar, como central, a referência que ele faz a Benjamin Franklin. Diz Marx:

A primeira análise consciente, de uma clareza quase banal, do valor de troca, reduzido a tempo de trabalho, é a de um homem do Novo Mundo, onde as relações burguesas de produção importadas simultaneamente com seus portadores, brotaram rapidamente em uma terra que compensava sua falta de tradição histórica pela abundância de húmus. (Marx, 1974b, p.162)

Ao lado de britânicos, franceses, norte-americanos, Marx inclui, sem maior destaque, economistas italianos que também teriam feito

avançar a economia política. Diz Marx – “Sem nos demorarmos mais aqui junto aos fisiocratas, deixando de lado toda uma série de economistas italianos, que com opiniões mais ou menos acertadas resvalam na análise correta da mercadoria, [...]”. (Marx, 1974b, p.164)

Neste ponto é o caso de sublinhar que a contribuição italiana ao desenvolvimento da economia foi mais que lateral. Tanto Joseph Garnier, em 1852, quanto Cannan, 1929, quanto Schumpeter, em 1952, foram explícitos em atribuírem ao conde Pietro Verri, em 1863, o pioneirismo tanto no uso da expressão *economia política*, em sentido contemporâneo, diferente do que até pouco tempo antes ainda era usado por Rousseau, quanto na atribuição de seu objeto. Diz Garnier – “*dans un écrit du comte Verri, publié en 1763 à Livourne, qu’il semble employé pour la première fois pour désigner un peu positivement la science relative à la richesse, à l’échange, au travail*”. (Garnier, 1852, p.311)

Ou seja, Verri não só usou a expressão *economia política*, em seu sentido contemporâneo, quatro anos antes que Steuart publicasse seu livro, costumeiramente visto como o primeiro a fazê-lo, como, e é Cannan quem o diz, a maneira como Steuart considera a economia política ainda conserva traços de seu uso tradicional. Veja-se o trecho:

Steuart dice en el prólogo ‘He leído muchos autores que tratan de economía política’, como si la expresión se usase concientemente. Pero la explicación con que inicia la obra demuestra que el antiguo significado griego de Economía iba aun ligado con el moderno en que él pensaba. (Cannan, 1940, p. 36)

A excelência teórica dos economistas italianos está demonstrada em seus vários e expressivos nomes: Antonio Genovesi – “*Que a professé dès 1754, a Naples, un cours scientifique sur ces matières, en se servant des mots **Economie Civile**, économie **publique**, ou simplement économie [...]*” (Garnier, 1852, p.311); Cesare Beccaria, que “*dans son discours d’ouverture du cours de Sciences Comérciales à Milan, en Janvier 1769, se servait du mot **Economie publique** [...]*” (Garnier, 1852, p.311); além de Galiani que Marx cita em *Para a crítica da Economia Política*. (Marx, 1974b, p.164)

A explicação das causas da excelência da economia política italiana, no contexto da discussão que está sendo feita aqui, não

mereceu de Marx maior desenvolvimento. Quando do caso de Benjamin Franklin, ele mencionou o fato que a realidade norte-americana teria compensado a falta da tradição histórica pela riqueza do húmus, que teria amplificado as relações burguesas de produção. No caso da Itália, ou do que mais se tornou a Itália, talvez seja o caso de dizer que o que vai determinar o notável desenvolvimento do pensamento econômico italiano foi a sua precoce tradição urbana e comercial. Afinal é nas cidades do norte da Itália, nas cidades-estados italianas, que se vão desenvolver as formas elementares da riqueza capitalista, o capital mercantil, o capital comercial. Num texto de 1845, em que critica, acerbamente, o economista alemão Friedrich List, Marx estabelece os termos em que ele vê as relações entre realidade e pensamento econômico: “Nem uma só vez ocorreu ao sr. List que o desenvolvimento de uma ciência como a economia política estivesse ligado ao movimento real da sociedade ou que apenas fosse a sua expressão teórica”. (Marx, 1976, pp.42-43) Marx afirma, assim, que o desenvolvimento da economia política está ligado ao movimento real da sociedade e que a economia política não é mais que a expressão teórica da sociedade. Nesse sentido, e ainda mais, reconhecidos os vários avanços alcançados pela economia política desde o século XVII, é desconcertante porque apegado à tradição inaugurada por Aristóteles o artigo de Rousseau sobre Economia Política.

Sempre poder-se-á considerar o artigo de Rousseau, como simples anacronismo. Mas, não parece ser essa a melhor resposta. Na verdade, o que está em causa é entender as determinações histórico-culturais que teriam produzido entre, 1755 e 1857/59, tanto o auge do desenvolvimento da economia política clássica com Smith-Ricardo-Sismondi, quanto a emergência de sua *crítica* com a obra de Marx.

Uma resposta adequada a essa questão envolve recorrer a um método poderoso, pouco usual nos dias que correm, porém mais que justificável para o caso. Trata-se da dialética. É a ela que se vai recorrer aqui. Inicie-se por lembrar texto do filósofo Cláudio Henrique de Lima Vaz. Diz ele – “Aristóteles fixa os traços do *Zôon politikon* no momento em que a *polis* se encaminha para o seu declínio, e Rousseau desenha a imagem do ‘homem natural’ quando a sociedade liberal moderna apenas ensaia seus primeiros passos”. (Vaz, 1988, p.138)

Uma leitura dessa passagem diria que Aristóteles, ao construir o conceito do “homem como animal político”, ou social em sentido mais preciso, está reagindo ao que se anuncia de supressão das liberdades gregas com a dominação macedônica. Nesse sentido, a tese de Aristóteles seria uma espécie de instrumento de resistência à opressão, um convite a se imaginar uma sociedade livre e autônoma. De modo análogo, quando esta se despede, a referência de Rousseau a um “homem natural”, isto é, livre e concorde com a *vontade geral*, homem que deveria buscar as *virtudes cívicas*, que condena as desigualdades, porque contrárias ao pleno exercício das liberdades, no momento mesmo em que está em curso a imposição da ordem individualista e privatista burguesa, tem também o sentido da denúncia e da resistência.

Mas, é com Stendhal que o tema posto aqui, o entendimento das mudanças histórico-culturais ocorridas entre 1755 e 1857/59, ganha um tratamento de altíssima compreensão. Diz Stendhal em seu primeiro romance, *Armance*, publicado em 1827 – “Em 1760, era preciso graça, espírito e não muito humor, nem muita honra, como dizia o regente, para ganhar o favor do senhor e da senhora. É preciso economia, trabalho obstinado, firmeza e ausência de qualquer ilusão, para tirar proveito da máquina a vapor. Essa é a diferença entre o século que acabou em 1789 e o que começou por volta de 1815”. (Stendhal, 1980, p.8)

Entre o artigo de Rousseau, em 1755, e a *crítica da Economia Política*, de Marx, em 1857/59, ocorreram as revoluções francesas de 1789, 1830 e 1848 e a Revolução Industrial inglesa, episódios que vão redefinir tanto a vida política, quanto a vida econômica, social e cultural da Europa, com repercussões mundiais.

Quando Rousseau reage e lança seu artigo, em 1755, algo anacrônico, o que ele efetivamente estava fazendo era um gesto heróico, e já falhado, de quem se recusa a aceitar a ordem burguesa como império dos interesses particulares em detrimento do bem comum, das virtudes cívicas, da solidariedade, da “*vontade geral*”.

Marx não cita Rousseau em *O capital*, livros I, II e III. A presença de Rousseau é pequena nos *Grundrisse* e nas *Teorias da mais-valia*. Nas anotações de Marx sobre o pensamento social francês feitas em Kreuznach, em julho-agosto de 1845, há um índice analítico da obra de Rousseau. (Marx, 1989, p.483) Quase sempre as referências a

Rousseau, feitas por Marx, são decorrentes do *Contrato social*. Uma única vez Marx, na verdade em obra escrita com Engels, *A ideologia alemã*, discute o artigo de Rousseau sobre *Economia Política*. Na passagem em questão Marx e Engels estão procedendo a uma espécie de demolição crítica do senhor Karl Grün, que era então o líder da corrente alemã dos “verdadeiros socialistas”. Karl Grün se apresentava então como “mestre dos socialistas franceses”, como Proudhon, e no texto criticado por Marx e Engels, Karl Grün à guisa de comentar livro de *Étienne Cabet*, o “socialista utópico” da *Viagem à Icária*, acabou por realizar um plágio de Rousseau em grande escala, que Marx e Engels denunciam implacavelmente. Marx e Engels mostram que Grün ignorava o artigo de Rousseau sobre Economia Política. Dizem Marx e Engels:

Las geniales innovaciones del señor Grün consisten, en este punto, primeramente en embrollar las citas del Contrat social e las de la Économie Politique, y en segundo lugar en comenzar por donde acaba Cabet. Cabet indica el título de las obras de Rousseau de onde toma sus citas, mientras que el señor Grün los silencia. Esta táctica se explica, a nuestro modo de ver, por el hecho de que Cabet habla de una Économie Politique de Rousseau que el señor Grün no conoce ni siquiera a través de un epigrama de Schiller. Para el señor Grün, que há penetrado en todos los secretos de la Enciclopedia, era un secreto el que la Économie Politique de Rousseau no era sino el artículo de la Enciclopédia sobre économie politique. (Marx e Engels, 1972, p.638)

Marx, em carta a J. B. Schweitzer, em 24 de janeiro de 1865, reconhece e elogia a escolha de Rousseau, seria recusa à ordem burguesa, ao dizer – “*Y aqui es donde se pierde indefectiblemente ese tacto moral que siempre preservó a un Rousseau, por ejemplo, de todo compromiso, siquiera fuese aparente, con los poderes existentes*”. (Marx, 1985, p.167)

A crítica da Economia Política

Na *Introdução à Contribuição à crítica da Economia Política*, texto escrito em 1857, e publicado em 1939, no *corpus* dos *Grundrisse*, Marx estabelece as condições do desenvolvimento da economia

política do século XVII até o início do XIX. Período rico, heróico mesmo, essa etapa do pensamento econômico seria marcada por uma dupla dinâmica categorial. A que caracterizou o século XVII, e que teria como especificidade partir das categorias gerais, como a população, as classes, a divisão social do trabalho entre campo e cidade, a produção e o consumo anuais, as exportações e importações, e só então chegar às categorias mais simples como a divisão técnica do trabalho, as trocas e os preços. Ao contrário, a Economia Política dos séculos XVIII e XIX se caracterizaria por começar com categorias mais simples – divisão do trabalho, dinheiro, valor – e daí partir para as categorias mais gerais como o Estado, as trocas entre os Estados, o mercado mundial. Sem descurar a importância da Economia Política praticada no século XVII, Marx dirá que o método cientificamente correto é o estabelecido pela Economia Política no século XVIII. Diz Marx:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. (Marx, 1974b, p.122)

Será exatamente este o caminho metodológico que Marx adotará em sua “crítica da economia política”. Diz ele no prefácio a *Para a crítica da Economia Política*, de 1859: “Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial”. (Marx, 1974b, pp.133-134)

Sabe-se que o plano de Marx ficou inconcluso. Mesmo o livro do capital não foi inteiramente concluído. As condições e circunstâncias, as vicissitudes da elaboração da “crítica da economia política” de Marx estão magistralmente discutidas no livro de Rosdolsky. (Rosdolsky, 2001, cap. 1 e 2)

Contudo, se Marx reconhece os méritos da Economia Política clássica, se vê nela virtudes científicas isso não significa que suas

relações com a Economia Política clássica sejam as de um praticante, de um discípulo, *tout court*, dos grandes economistas. Marx é enfático, sobretudo a partir de 1857, que sua perspectiva diferia, essencialmente, da dos “economistas” por ser, dialeticamente, uma *crítica da Economia Política*, isto é, por não se limitar a ser um uso mais ou menos fiel do “método da economia política”, mas por reivindicar um ponto de vista que o “*supera*” no sentido de *conservar* os seus elementos progressivos e *descartar* o que naquela tradição teórica estava definitivamente comprometido com a preservação da ordem burguesa.

Neste esforço de “superação crítica” é preciso reconhecer, como faz Isaak Rubin, que Marx tanto responde diferentemente a questões formuladas pela economia política clássica, quanto formula questões novas, que não faziam parte do universo conceitual da economia política clássica. É o caso emblemático da teoria do valor. Marx não só tem uma teoria alternativa, e superior do valor, no referente às dimensões *substância e medida*, quanto “*inventa*” questões novas, no referente ao valor, que são tanto o desenvolvimento da teoria da forma do valor, o desdobramento categorial do valor de troca, quanto a teoria do fetichismo da mercadoria, que seguindo Rubin, poder-se-ia dizer, é a própria “condição de possibilidade” de formulação da teoria do valor. (Rubin, 1974)

Em texto que é seu testamento teórico sobre economia política Marx disse – “*El señor Wagner olvida también que para mí no son sujetos ni el ‘valor’ ni el ‘valor de cambio’, sino que lo es solamente la mercadería*”. (Marx, 1977, p.171)

O sentido dessa frase é buscar afastar os equívocos que já então, em 1882, se acumulavam sobre a teoria marxiana. No centro da advertência de Marx encontra-se a explícita e inequívoca *reivindicação ontológica* de sua *crítica da Economia Política*. Mesmo os que têm considerado obscuras certas partes da obra de Marx não poderão alegar isso no referente a centralidade da *mercadoria* como categoria central da obra de Marx. De fato, desde a primeira frase do livro I de *O capital*, que está posto o sentido do desenvolvimento conceitual que *O capital* vai realizar. No essencial a dinâmica capitalista, objeto do livro *O capital*, será apreendida pela análise do “desenvolvimento do conceito de mercadoria”, desde sua forma elementar, fenomênica, imediata, como

objeto útil capaz de satisfazer “necessidades humanas” provenham elas do estômago ou da fantasia, até sua forma mais desenvolvida, como *capital*, que não seria senão uma “imensa acumulação de mercadorias”.

Num belo texto, Karel Kosik aproxima o itinerário da mercadoria, tal como apresentado por Marx em *O capital*, do caminho da “*odisséia*”. Nos dois casos

O sujeito (o indivíduo, a consciência individual, o espírito, a coletividade) deve andar em peregrinação pelo mundo e conhecer o mundo para conhecer a si mesmo [...].

Em *O capital*: a odisséia não principia uma consciência, porque não é uma odisséia do espírito, mas parte da mercadoria, porque é a odisséia da forma concreta da praxis [...]

O capital de Marx não é uma teoria: é uma crítica teórica ou uma teoria crítica do capital. (Kosik, 1976, pp.165; 167)

O conceito de capital é uma das conquistas da economia política clássica. Contudo, o sentido atribuído por essa corrente teórica ao capital tanto está longe de esgotar as diversas dimensões de sua efetividade prática, quanto mais longe ainda está de reconhecer no capital dimensões contraditórias.

Adam Smith tem uma teoria do capital, que deve ser vista como das mais completas entre os economistas clássicos. Smith divide o capital entre fixo e circulante e busca – “explicar a natureza do capital, os efeitos do seu acúmulo em capitais de diferentes tipos, e os efeitos dos diferentes empregos desses capitais.” (Smith, 1983, vol. I, p.244)

Contudo, o capital em Smith não tem qualquer especificidade que o distinga de qualquer outra parte da riqueza social. Veja-se a frase de Smith:

Quando o capital possuído por uma pessoa é suficiente apenas para mantê-la durante alguns dias ou semanas, raramente ele pensa em auferir alguma renda dele. Consume-o da maneira mais econômica que puder, e procura com seu trabalho adquirir algo com o qual possa repô-lo, antes de consumi-lo totalmente. Nesse caso, sua renda deriva exclusivamente de seu trabalho. Essa é a condição da maior parte de todos os pobres que trabalham em todos os países. (Smith, 1983, vol. I, p.245)

Tal como definido por Smith nesse contexto o capital se confunde com qualquer forma de rendimento não comprometido com o consumo imediato. Uma versão igualmente inespecífica de capital é a que apresenta Malthus. Diz ele – “*capital es aquella parte especial de estas posesiones, o de esta riqueza acumulada, que está destinado a emplearse con miras al beneficio en la producción y distribución de riqueza futura.*” (Malthus, 1946, p.221)

É com a *crítica da Economia Política*, é com Marx, que o conceito de capital é apreendido em todas as suas diversas e complexas determinações. Na obra de Marx o capital vai desdobrar-se em cinco grandes dimensões: I) como *coisa*, forma fenomênica necessária de aparecimento histórico e logicamente da riqueza, como *dinheiro*, como *meios de produção*; II) como *relação social*, isto é, como relação de propriedade e apropriação real, como poder de comando sobre o trabalho, como relação de dominação e exploração da força-de-trabalho; III) como *gramática*, como *língua* e como *fala*, como *sincronia* e *diacronia*, isto é, como um conjunto de sinais – preços, juros, lucros, rendas – que refletindo as relações sociais de produção estabelecem, mediante a regulação anárquica da lei valor, as condições possíveis da reprodução material na sociedade capitalista; IV) como *força expansiva*, esta dimensão é particularmente saliente hoje na forma do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, que não sem consequências negativas, é apresentado como criação exclusiva da dinâmica capitalista; V) como *força destrutiva*, nesta última presentificação o capital revela-se em um de seus mais característicos papéis, como implicando desemprego e destruição ambiental, como força opressiva e particularista, como força social alienante.

É à luz das descobertas dessas dimensões do capital, que são os fundamentos da *crítica da Economia Política*, isto é, das contradições incanceláveis do capital, que ganham contornos efetivamente compreensivos tanto a denúncia de Rousseau, quanto os avanços teóricos da economia política clássica, quanto a explicitação da insuficiência destes avanços que estão na base da *crítica da Economia Política*, empreendida por Marx. De tal modo que a conclusão que se impõe aqui é que, tanto a denúncia precoce de Rousseau, quanto a crítica madura de

Marx, são momentos de um mesmo arco político-cultural cujo sentido geral é a recusa da sociedade burguesa.

Abstract

This paper has three basic purposes. The first relates to the presence of Rousseau in Marx' oeuvre. A second objective stem from the acknowledgement of the longstanding permanence of the Aristotelian conception of Political Economy, which would have prevailed until the mid-XVIII Century. It comprises the entry on Political Economy, which Rousseau has written for the *Encyclopédie*.

Finally, the third theme of the paper discusses both the historic-intellectual determinations of the consolidation of modern Political Economy with Steuart, Smith, Malthus, Ricardo, and the emergence of Marx' critique of Political Economy, beginning with the composing of *Grundrisse*, in 1857.

Keywords: Political Economy; history of economic thought; Rousseau; Marx; critique of Political Economy.

Bibliografia

- ARBOUSSE-BASTIDE, P. "Jean-Jacques Rousseau (A vida e a obra)". In: *OBRAS de Jean Jacques Rosseau (Obras políticas)*, vol. I., Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1958.
- ARISTÓTELES. "Política". In: *OBRAS*, Madri: Aguilar, 1973.
- CANNAN, E. *Teoría económica*. México: F.C.E., 1940.
- CASSIRER, E. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: EUNESP, 1999.
- DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx a liberdade igualitária*. São Paulo: Edições 70, 1982.
- DERATHÉ, R. "ROUSSEAU, Jean-Jacques". In: SILLS, D. *Enciclopedia internacional de las Ciencias Sociales*, vol. 9. Madri: Aguilar, 1976.
- DOBB, M. *Teoria del valor y de la distribución desde Adam Smith*, cap. 4. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- GARNIER, J. "De l'origine et de la filiation du mot économie politique et des divers autres noms donnees a la science économique". In: *Journal des Économistes*, vol. XXXII, Paris, maio a agosto, 1852.

- IGLÉSIAS, F. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE/UMG, 1959.
- JAEGER, N. *Aristóteles*, 1ª edição. México: F.C.E., 1984.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, G. *El joven Hegel*, 3ª edição. Barcelona/México: Grijalbo, 1972.
- MALTHUS, T.R. *Princípios de Economia Política*. México: F.C.E., 1946.
- MARX, K. *Cuadernos de Paris* (Notas de Lectura de 1844). México: Era, 1974a.
- MARX, K. “Para a crítica da Economia Política”. In: MARX, *Abril Cultural, Os pensadores*, São Paulo, 1974b.
- MARX, K. *Crítica da Economia Nacional (Textos inéditos – 1845)*. Lisboa: Ulmeiro, 1976.
- MARX, K. “Glosas marginales al ‘Tratado de Economia Política’ de Adolph Wagner”. In: DOBB, M. et al. *Estudios sobre el capital* (1), 4ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- MARX, K. *Teorias sobre la plusvalía*, 2ª edição, México, F.C.E., vol. I, 1987.
- MARX, K. *Teorias sobre la plusvalía*, Vol. III. México: F.C.E., 1980.
- MARX, K. “Carta a J. B. Schweitzer”. In: *Miséria de la Filosofía*, 8ª edição. Moscou: Editorial Progreso, 1985.
- MARX, K. *Grundrisse – Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (1857-1858)*, Vol. 1, 16ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1989.
- MARX, K. & ENGELS, F. *La ideología alemana*, 4ª edição, Montevideo/Barcelona, Grijalbo, 1972.
- PIERUCCI, A.F. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- PRADO Jr., B. “Gênese e Estrutura dos Espetáculos (Notas sobre a Lettre à d’Alembert de Jean-Jacques Rousseau)”, *Estudios CEBRAP*, n. 14, São Paulo, outubro/dez., 1975.
- REALE, G. *História da Filosofia Antiga*, vol. II. São Paulo: Loyola, 1994.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 2001.
- ROTSCHILD, E. *Sentimentos econômicos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- ROUSSEAU, J.J. “Da Economia Política”. In: *OBRAS de Jean Jacques Rosseau (Obras Políticas)*, vol. I., Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1958.

- RUBIN, I.I. *Ensayos sobre la Teoria Marxista del Valor*, Cuadernos PyP, n. 53. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- SARAMANCH, F.P. “Nota Prévia [à Política, de Aristóteles]”. In: *OBRAS – Aristóteles*, Madri: Aguilar, 1973.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações*, 2 Vols. São Paulo: Abril, Os Economistas, 1983.
- STAROBINSKY, J. *Jean-Jacques Rousseau. La transparencia y el obstáculo*. Madri: Taurus, 1983.
- STENDHAL. *Armance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- VAZ, H.C. de L. *Escritos de Filosofia II (Ética e Cultura)*. São Paulo: Loyola, 1988.